

MDR Advogados e Morais Leitão promovem reflexão sobre Parcerias Público Privadas no sector das águas

- *Governo diz que as PPPs têm-se revelado uma mais-valia para os sectores tradicionalmente dominados pelo investimento público*
- *Tiago Arouca Mendes, Managing Partner da MDR Advogados, destaca que o objectivo é contribuir para o fortalecimento dos sistemas de abastecimento de água e promover o acesso universal*
- *Especialistas recomendam quadro jurídico transparente, claro e estável para atrair investimento privado*

A MDR Advogados e a Morais Leitão, membros da rede Morais Leitão Legal Circle para Moçambique e Portugal, respectivamente, promoveram a realização, no passado dia 19 de Abril, em Maputo, de um *workshop* internacional com vista à reflexão sobre os resultados e as perspectivas das Parcerias Público-Privadas (PPP) no sector das águas.

O evento foi aberto pelo Secretário Permanente do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), Hélio Banze, que começou por referir que as PPP têm-se revelado uma mais-valia para os sectores tradicionalmente dominados pelo investimento público e cujas características não captam o interesse privado. “A adopção de modelos de PPP justifica-se pelo facto de o Estado reconhecer que não pode fazer tudo sozinho, devido sobretudo às limitações e constrangimentos orçamentais existentes e perante a necessidade de aumentar cada vez mais a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água”, disse.

O Programa Quinquenal do Governo de Moçambique 2020-2024 prevê o aumento de cobertura do serviço de abastecimento de água de 52% para 70% na zona rural, e de 83% para 90% na zona urbana. Para tal, o Estado prevê um investimento substancial para o incremento dos níveis de cobertura, numa combinação de esforços entre os sectores privado e público, através do estabelecimento de PPPs.

Dados públicos indicam que o mercado urbano de abastecimento de água em Moçambique tem um potencial de cerca de 12 milhões de consumidores e o sector tem uma necessidade de investimento de cerca de 4 mil milhões de dólares. Deste valor, cerca de 1.8 mil milhões de dólares destinam-se ao investimento na água urbana, para projectos de expansão, reabilitação e aumento de eficiência dos sistemas, como é o caso de redução de perdas e optimização da eficiência energética.

Hélio Banze afirmou que, em 2021, no quadro das reformas do sector, o Governo de Moçambique criou Empresas Regionais de Abastecimento de Água, participadas, numa primeira fase, em 100% pelo Estado, prevendo-se na segunda fase, cujo processo de *Due Diligence* está já em curso, uma alienação de até 49% da sua participação, por via de concurso público.

Por seu turno, o *Managing Partner* da MDR Advogados, Tiago Arouca Mendes, reiterou a importância do evento para a promoção de um diálogo aberto e troca de experiências com



o intuito de contribuir para o fortalecimento dos sistemas de abastecimento de água e de promover o seu acesso universal.

REGULADOR COMO GARANTE DA CONCORRÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO DO MERCADO, DA PROTEÇÃO DO AMBIENTE E DOS CONSUMIDORES E EM GERAL DA SALVAGUARDA DOS INTERESSES PÚBLICOS

No primeiro painel do evento, subordinado ao tema “*Enquadramento Técnico e Regulatório do Sector de Águas*”, Ana Monjardino, consultora da Morais Leitão, fez um enquadramento geral sobre a função de regulação do estado e o modelo de atribuição da sua implementação a entidades administrativas externas, descentralizadas e independentes – as entidades reguladoras.

Ana Monjardino defendeu a independência da entidade reguladora como um atributo fundamental no bom funcionamento do mercado na perspectiva de todas as partes interessadas. Foi ainda sublinhado o seu papel, enquanto organismo de cobertura nacional e dotado de capacidade técnica especializada, para a credibilidade e garantia de bom funcionamento do mercado e de estabilidade normativa (com definição e fiscalização imparcial de normas técnicas e de conduta), aspectos fundamentais para atrair o investimento privado para este sector.

Por seu turno, Suzana Saranga Loforte, Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Reguladora de Água de Moçambique, garantiu que a instituição tem procurado assegurar, nas disposições contratuais dos projectos de água, a sustentabilidade financeira das operadoras e a protecção dos interesses dos usuários, sobretudo da população mais carenciada.

Loforte afirmou ainda que, considerando os objectivos do Governo no sector das águas, a instituição deve garantir a total transparência na elaboração dos contratos de PPP, cabendo ao regulador acompanhar o processo nas respectivas etapas, assegurando a estabilidade e o bom funcionamento do sector.

No debate, David Alves, coordenador da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos de Portugal, falou do papel do regulador no contexto português. Em Portugal, o regulador actua municipalmente de acordo com os desafios e realidades locais, garantindo a distribuição de água por toda a população, independentemente da capacidade económica.

David Alves revelou ainda que, diferentemente de Moçambique, em Portugal não há redundância de infraestruturas de fornecedores de água, uma vez que as empresas de abastecimento de água actuam sob a alçada dos municípios, através da tubagem pré-existente, o que inviabiliza a possibilidade de conflitos entre os fornecedores privados e públicos, como ocorre em alguns pontos de Maputo, após a expansão do serviço.

COMO ATRAIR AS PPP PARA O SECTOR DAS ÁGUAS?

No segundo painel, sobre os “*Princípios Básicos para o Planeamento e Concepção dos Projectos de Parcerias Público-Privadas*”, o Director Nacional de Abastecimento de Água e



Saneamento, Raúl Mutevuie Júnior, destacou que a principal missão da direcção é garantir o desenvolvimento do sector de abastecimento de água e saneamento, através do fortalecimento de capacidades para a gestão sustentável e o acesso universal a um bem público.

“Acreditamos, e está provado cientificamente, que a melhoria das condições de água e saneamento tem um impacto directo na redução de doenças e na consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas”, disse.

No mesmo painel, Diogo Faria de Oliveira, fundador e gestor da Defining Future Options, explicou o que é necessário para atrair entidades privadas ao sector das águas, tendo destacado a necessidade de assegurar um quadro jurídico transparente, claro e estável, para além de uma gestão adequada dos recursos hídricos com escala agregada, o que pode permitir a redução das tarifas.

O especialista do sector das águas disse ainda que é necessário atrair para o mercado gestores e profissionais qualificados, enquanto se estabelecem metas de eficiência e indicadores de desempenho dos operadores ou fornecedores de água, de modo a reduzir as perdas de água.

É NECESSÁRIO HARMONIZAR A LEI DAS PPP E LEGISLAÇÃO DO SECTOR

O terceiro painel teve como tema a “Reflexão sobre os Desafios na Escolha Adequada dos Modelos de Projectos de PPP”. Durante esta sessão, Pedro Segundanhe, da Administração de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento (AIAS), esclareceu que a maioria dos sistemas adstritos à guarda da AIAS são operados através da delegação a entidades de natureza privada na base de dois modelos de contratos (tipificados na legislação das PPP), nomeadamente (i) contrato de cessão de exploração – contrato comumente aplicado a operadores (representa cerca de 90% dos contratos existentes) e que está sujeito a concurso público e que tem a duração de cinco anos; e (ii) contrato de concessão, que se tratou da primeira experiência na implementação desta modalidade de PPP e que neste momento representa apenas 10% dos contratos existentes. Por seu turno, a Director Geral da AIAS, Rute Nhamucho, revelou que a dispersão dos sistemas de abastecimento de água exige atenção e um maior esforço para o seu agrupamento, com vista a assegurar a atractividade do sector privado na sua operação, sendo que a componente social da água limita a flexibilidade no estabelecimento das tarifas por parte dos fornecedores. Acrescentou ainda que há necessidade de fazer ligar a componente social da água com a componente social de energia, de forma que as entidades privadas possam alcançar a margem de intervenção e o lucro na sua actividade.

No mesmo painel, Ana Robin de Andrade, Directora internacional e advogada da Morais Leitão, defendeu a necessidade de uma harmonização entre a lei das PPP e a legislação das águas, com vista a simplificação do investimento no sector, já que, neste momento, as contradições no tratamento das PPP pode inviabilizar alguns investimentos. A colocação foi oportuna na medida em que o próprio Governo pretende harmonizar os conceitos para permitir que haja investimentos e consequentemente alcance das metas do sector das águas até 2024.

O *workshop* contou também com um painel que se debruçou sobre “Análise da Estrutura Contratual de PPP e Instrumentos



para Monitorização”. Pedro Simone, director de Programas da Tetra Tech falou do importante papel da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na capacitação do sector privado e das instituições governamentais para a criação e implementação de PPP sustentáveis com vista à expansão da rede de abastecimento de água em Moçambique.

Por seu turno, Joep Vonk, responsável pelo projecto da Vitis Evides International, salientou a relevância do apoio do governo holandês para a expansão da rede de abastecimento de água em zonas recônditas de Moçambique. Na sua intervenção ficou claro o papel fundamental dos incentivos institucionais na criação de PPP que garantam a sustentabilidade do negócio sem excluir a população mais vulnerável e de baixo rendimento.

A associada da Morais Leitão Mara Rupia Lopes explicou a importância dos instrumentos de monitorização das PPP no cumprimento das suas funções, numa lógica de avaliação permanente do seu desempenho.

FIPAG MOBILIZOU 510 MILHÕES USD PARA INVESTIR NO SECTOR

No quinto e último painel, o tema foi o “Financiamento e Futuros Projectos”. Berina Uwimbabazi, líder no sector das águas do Banco Mundial, revelou que Moçambique tem beneficiado de apoios para facilitar a participação activa do sector privado nos projectos de abastecimento de água, através de contratos de PPP orientados para a componente e sem fins exclusivamente lucrativos.

Neste painel, Clara dos Santos Dimene, especialista em gestão de projectos (WASH) da USAID, sugeriu capacitar os governos locais para a monitorização do desempenho e supervisão de prestação de serviços, favorecendo o desenvolvimento do mercado local de abastecimento de água e saneamento. A especialista sublinhou a necessidade de criação de mecanismos de *feedback* dos consumidores, tais como grupos de consumidores, comissões reguladoras locais ou mecanismos de responsabilidade ou transparência da sociedade civil.

Por seu turno, Victor Tauacal, Director Geral do Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), avançou que, no âmbito do Programa de Investimentos do FIPAG e do Plano Quinquenal do Governo 2020-2024, foram mobilizados 510 milhões USD, estando em processo de negociação outros 504.8 milhões USD. Victor Tauacal falou também das oportunidades de participação do sector privado no sector das águas.

No mesmo painel, Luís Branco, sócio da Morais Leitão, destacou na sua intervenção o financiamento de projectos deficitários no sector das águas, tendo avançado que, numa primeira fase, a construção e conclusão dos projectos deve ser da exclusiva responsabilidade do investidor privado seleccionado e dos seus financiadores bancários e, numa segunda fase, a operação do projecto deve ser também assegurada pelo investidor privado. Na sua opinião, a entidade pública assegura que, ao longo do período de operação do projecto, o retorno do investimento seja realizado.

Por sua vez, Vasco Gueifão, Director Geral da empresa We Solve That, abordou as condições para atrair o investimento privado no sector de águas, tendo destacado, para tal, a necessidade de uma situação política e económica estável, uma regulamentação clara, em particular para a criação de PPP.

